

Falhas de mercado vs grupos de pressão

A actividade governativa é caracterizada, em Portugal, por uma tentação de intervenção na economia sempre que tal se afigurar possível.

DE, 27-01-2006, Pedro Pita Barros

A actividade governativa é caracterizada, em Portugal, por uma tentação de intervenção na economia sempre que tal se afigurar possível. Esta característica não é, de modo algum, específica ao partido político que é Governo em cada momento. Diga-se também que essa intervenção do Estado é frequentemente pedida pelos agentes económicos, que vêm no Estado um “aliado” importante das suas estratégias.

Abrindo os principais jornais da área económica, encontram-se mais notícias sobre a actuação ou envolvendo o Estado do que sobre a vida, as decisões e as oportunidades empresariais. Por Estado entende-se aqui o Governo, as autarquias, os institutos públicos, tudo o que dependa em grande medida do Orçamento do Estado. Sem qualquer pretensão de rigor quantitativo, a percepção de quem folhear os jornais económicos é que bem mais de 50% das notícias envolvem o Estado de uma forma ou de outra. Aceito o argumento que tal é natural dado que o Estado também absorve perto de 50% da riqueza nacional gerada em cada ano em despesas públicas.

Mais do que retomar aqui o apelo para um menor peso do Estado na economia, já frequente, chamo apenas a atenção para dois aspectos simples. Por um lado, **o peso do Estado na economia é também derivado do interesse dos agentes económicos** - procuram obter para si as vantagens que a ligação ao Estado possa dar (seja em enquadramento legais mais favoráveis, seja em incentivos - vulgo subsídios, seja em protecção pura e simples), mas preferiam que os outros não tivessem acesso a essas mesmas vantagens. A consequência é um discurso público contra o peso do Estado, uma actuação privada que tende a reforçar esse peso.

Por outro lado, havendo grande intervenção do Estado na economia, deve-se voltar a olhar, com seriedade, para alguns **dos princípios básicos da Economia Pública**.(*)

O primeiro desses princípios consiste em identificar claramente qual a falha de funcionamento do mercado que justifica a

intervenção do Estado. Ou seja, partir do princípio que numa economia de mercado predomina a livre escolha dos agentes económicos quanto às suas decisões (dentro do normativo legal existente, naturalmente). E apenas quando esse livre funcionamento da economia não gerar o melhor desempenho, considerar a intervenção do Estado. Tal obriga a identificar claramente qual a falha de funcionamento do mercado que se pretende corrigir.

Concluído este primeiro passo, que nem sempre é óbvio, torna-se então necessário responder à segunda questão: saber porque é a intervenção do Estado a melhor resposta a essa falha de funcionamento. Ou seja, identificar os motivos pelos quais uma intervenção do Estado tem, balanceados custos e benefícios associados, um efeito positivo sobre a economia.

Não basta partir do princípio que por haver falha de mercado há imediatamente lugar a intervenção do Estado. Os custos e a eficácia dessa intervenção têm que ser avaliados. Estes dois princípios, simples na sua natureza, surgem frequentemente ignorados, pelo menos na discussão pública, sendo completamente dominados pela procura de protecção ou outra vantagem por parte dos agentes económicos. Não medi rigorosamente, mas aposto que em mais de metade das respostas de empresários e gestores quando questionados sobre como sair de situações de dificuldade. Fala quase automaticamente da “importância do papel do Estado”.

Como a mudança de atitudes é um processo demorado, um primeiro passo será o próprio Estado ser mais rigoroso na justificação da sua intervenção, por exemplo, avaliando e publicitando se os resultados de certa intervenção correspondem, ou não, ao esperado, e em caso negativo, como prevenir situações similares no futuro. É fácil encontrar exemplos de análises erradas.

Tome-se a discussão sobre o IVA das pontes sobre o Tejo na zona de Lisboa. Foi referido que uma solução para os consumidores não

pagarem seria alargar-se o prazo da concessão. Ora, isto significa apenas que serão os consumidores futuros a pagar o aumento do IVA nas travessias correntes.

Conveniente, uma vez que esses consumidores futuros não têm voz neste momento. Mas o alargar da concessão no tempo é, do ponto de vista de intervenção do Estado, a melhor solução? Ou apenas a politicamente mais fácil? É também nestas pequenas decisões que se joga a nossa atitude sobre o papel que queremos que o Estado tenha na economia. E se queremos que a intervenção do Estado seja determinada pela possibilidade de corrigir falhas de mercado ou por resposta a grupos de pressão que solicitam essa intervenção.

(*) Recomendo a leitura de António S. Pinto Barbosa, Economia Pública, 1997, McGraw-Hill, para discussão em maior detalhe.